

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO EM MBA EM GERENCIA  
FINANCEIRA**

**ERICA CAMILO RALDI BURIGO**

**ANALISE DO COMPORTAMENTO DE FUNCIONÁRIOS DE UMA  
COOPERATIVA DE CRÉDITO EM RELAÇÃO AS SUAS FINANÇAS  
PESSOAIS**

**CRICIÚMA, MARÇO DE 2011**

**ERICA CAMILO RALDI BURIGO**

Monografia apresentada à Diretoria de Pós-graduação da Universidade do Extremo Sul Catarinense- UNESC, para a obtenção do título de especialista em MBA em Gerência Financeira

Orientador: Prof.(Dr). Alexandre Majola Gava

**CRICIÚMA, MARÇO DE 2011**

**Dedico este trabalho ao meu marido Ângelo,  
pela paciência e incentivo em mais esta  
fase.**

## **AGRADECIMENTO**

Ao meu orientador Prof. Dr. Alexandre Majola Gava pela oportunidade, paciência e disponibilidade.

“A melhor maneira de prever o futuro é criá-lo”  
(PETER DRUCKER)

## RESUMO

Durante muitos anos no Brasil, com a inflação alta, era comum gastar todo o dinheiro que se dispunha, pois os preços das mercadorias eram reajustados semanalmente. Com a implantação do Plano Real em 1994, foi possível estabilizar a economia, porém, muitos hábitos permanecem até hoje. Nesse contexto, onde os indivíduos necessitam dominar um vasto conjunto de informações, destaca-se a relevante importância da Educação Financeira, que consiste em interpretar números e transformá-los em dados para a construção de um planejamento financeiro que garanta um consumo saudável e um futuro equilibrado nas finanças pessoais. Dessa forma, o problema dessa pesquisa relaciona-se com o nível de organização de funcionários de uma cooperativa de crédito, quanto ao planejamento financeiro pessoal. O presente trabalho tem como objetivo analisar se a experiência profissional traduz o nível de organização quanto às finanças pessoais dos entrevistados. A pesquisa, quanto, ao fim, se caracteriza como descritiva ou de campo. Quanto ao meio, se caracteriza como estudo de caso, documental, bibliográfica e de campo. A pesquisa que trata este estudo classifica-se em quantitativa e a forma de abordagem desta pesquisa através de um questionário baseado em questões aplicadas em outras pesquisas pelos autores Leal e Melo, 2008 e Lucci *et al*, 2006, com 13 perguntas fechadas relacionadas ao problema, aplicados a todos os 108 funcionários da instituição pesquisada. Os resultados confirmaram, como era esperado, que o conhecimento adquirido através da experiência profissional levou a maioria dos entrevistados a optarem por respostas coerentes aos conceitos financeiros. Identificou-se que apesar de se avaliarem seguros quanto ao conhecimento em educação financeira para gerenciar suas finanças, os participantes optaram por investimentos em poupança e fundos de renda fixa. Essa preferência pode ser explicada pelo perfil conservador predominante em cooperativas de crédito, porém pode ser também levado em consideração o fato da baixa renda de grande parte dos funcionários. Conclui-se que além da experiência profissional em finanças, devem ser levados em conta os fatores, culturais, sociais e o baixo rendimento salarial.

.  
**Palavras-chave:** Educacao Financeira; Planejamento Financeiro; Financas Comportamentais.  
.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Composição do Sistema Financeiro Nacional.....	23
<b>Tabela 2:</b> Respostas mais freqüentes para a questão 6.....	31

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

OCDE - Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>13</b>
<b>2.1 Educação Financeira .....</b>	<b>13</b>
<b>2.1.1 Finanças Comportamentais .....</b>	<b>15</b>
<b>3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL.....</b>	<b>17</b>
<b>3.1 Fluxo de caixa .....</b>	<b>19</b>
<b>4 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....</b>	<b>22</b>
<b>4.3.2 Cooperativismo no Brasil.....</b>	<b>25</b>
<b>4.3.2.1 Cooperativismo de crédito .....</b>	<b>26</b>
<b>5 METODOLOGIA.....</b>	<b>29</b>
<b>6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>31</b>
<b>7 CONCLUSÃO.....</b>	<b>34</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>36</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>38</b>
<b>APÊNDICE A: Questionário de Pesquisa aplicado aos funcionários de uma cooperativa de crédito: .....</b>	<b>39</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente a população mundial apresenta um comportamento de consumismo desenfreado, as pessoas estão fascinadas com tanta novidade em produtos tecnológicos, moda, carros, que podem ser adquiridos com muita facilidade através de variados produtos financeiros (cartões de crédito, cheque especial e linhas de crédito) ou mesmo através do financiamento direto com o fornecedor. Destaca-se com isso a dificuldade de conscientizar as pessoas sobre a necessidade de formação de poupança, além da dificuldade de organização de suas finanças pessoais, adquirindo dívidas desnecessárias.

Nesse contexto, onde os indivíduos necessitam dominar um vasto conjunto de informações, destacando-se a relevante importância da educação financeira, que consiste em ler e interpretar números e assim transformá-los dados para a elaboração de um planejamento financeiro que garanta um consumo saudável e um futuro equilibrado nas finanças pessoais. Quando essa educação é desenvolvida de forma a aprimorar a habilidade das pessoas em planejar seu futuro para acumularem ativos e ampliarem sua renda, além de elaborarem orçamentos compatíveis com suas capacidades financeiras.

Além disso, os indivíduos financeiramente educados são de grande valor para o desenvolvimento da economia do país, pois, geralmente formam poupança, representando uma importante fonte de financiamento para os setores da economia.

É importante também lembrar as pessoas da necessidade da formação de poupança, para prevenir a eventuais crises econômicas sistêmicas, que encarece o crédito, prejudica a oferta de empregos e torna os produtos mais caros.

Dessa forma, a questão é se profissionais que atuam na área das finanças têm um perfil de investidor mais sofisticado e, portanto maior organização pessoal com seus recursos do que os profissionais de outras áreas. O problema da pesquisa relaciona-se com o nível de organização de funcionários de uma cooperativa de crédito, quanto ao planejamento financeiro pessoal e se o fato de atuar na área de finanças influencia neste processo.

O presente trabalho tem como objetivo analisar se a experiência profissional traduz o nível de organização quanto às finanças pessoais dos funcionários de uma cooperativa de crédito.

Essa verificação será feita por meio de questões sobre o perfil dos entrevistados, questões que requerem conhecimento de alguns conceitos financeiros e questões sobre comportamento dos participantes em um contexto prático.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Com a finalidade de facilitar o entendimento dos leitores em relação ao desenvolvimento desta pesquisa, neste tópico estão descritos os principais fundamentos teóricos que embasarão este estudo.

### **2.1 Educação Financeira**

Para a OCDE (2005 apud Claudino; Nunes e Silva, 2009) a definição de educação financeira é o processo em que os indivíduos melhoram a sua compreensão sobre produtos financeiros, seus conceitos e riscos, para que, desse modo, com informação, possam desenvolver as habilidades e a confiança necessária para tomarem decisões fundamentais com segurança, melhorando a sua vida financeira.

Conforme Saito; Savoia.; Petroni., 2007 a importância da Educação Financeira pode ser observada sob o ponto de vista do bem estar pessoal, de jovens e adultos que podem tomar decisões que afetarão seu futuro, com conseqüências desde a desorganização com contas domésticas até ao registro em órgãos de proteção ao crédito, que prejudicam não só o seu crédito, como, em alguns casos, sua carreira profissional. Outro ponto de vista, de conseqüências mais graves, é a do bem estar da sociedade. Em algumas situações extremas, pode acarretar no sobrecarregamento dos precários sistemas públicos, ou políticas publicas de correção, como aumento de impostos para equilibrar orçamentos deficientes de indivíduos não necessariamente pobres.

Segundo Braunstein e Welch (2002, apud SAITO; SAVOIA; PETRONI, 2007), a administração ineficiente da renda deixa os consumidores vulneráveis a crises financeiras mais graves. Portanto quando os consumidores são bem informados e habilidosos, o mercado se torna mais competitivo e mais eficiente.

A educação financeira reflete na administração das rendas. O controle do que se ganha com o que se gasta tem grande importância para o equilíbrio financeiro e crescimento econômico através de investimentos, para isso é de fundamental importância a utilização do planejamento financeiro.

Conforme a OCDE (2004, p.223, apud SAITO; SAVOIA; PETRONI, 2007) o seguinte cenário explica a importância da Educação Financeira:

Educação Financeira sempre foi importante aos consumidores, para auxiliá-los a orçar e gerir a sua renda, a poupar e investir, e a evitar que se tornem vítimas de fraudes. No entanto, sua crescente relevância nos últimos anos vem ocorrendo em decorrência do desenvolvimento dos mercados financeiros, e das mudanças demográficas, econômicas e políticas. Os mercados de capitais estão se tornando mais sofisticados, e novos produtos, cujos riscos e retornos não são de imediato discernimento, são oferecidos. Os consumidores possuem, atualmente, acesso a uma maior diversidade de instrumentos de crédito e de poupança, disponibilizados por uma grande variedade de canais, desde serviços on-line de bancos e de corretoras, até organismos que oferecem aconselhamento e suporte financeiro para as famílias de baixa renda. Os indivíduos podem, hoje em dia, usar máquinas de auto-atendimento (ATM's) e computadores pessoais, para realizar muitas de suas transações financeiras. No atual momento, os investidores de ações têm diversas formas para acessar modernos mecanismos e ambientes de transação, alguns dos quais oferecem serviços mais ágeis ou com grande sigilo, assim como acesso a muitos tipos diferentes de investimentos.

De acordo com Frankenberg (2002, apud LEAL e MELO, 2008) o endividamento do brasileiro relaciona-se diretamente com a ausência de uma educação financeira.

Conforme Gitman (2001), a definição de finanças pode ser dita como a arte e a ciência de gerenciamento de fundos. Funciona como processo de transferência de recursos entre as instituições, os mercados e instrumentos envolvidos neste processo.

O termo financeira, segundo Jacob *et al.* (2000, apud LUCCHI *et al.*, 2006), aplica-se às atividades relacionadas ao dinheiro na vida cotidiana das pessoas, como controle do orçamento, utilização de cartões de crédito, cheques e decisão de investimento. O termo educação, na área de finanças, para o mesmo autor, significa o conhecimento dos termos financeiros de mercado, habilidade com a matemática financeira para interpretar dados financeiros e efetuar decisões sábias quanto ao uso do dinheiro, e também abrange o conhecimento de direitos, normas sociais e experiências práticas.

Segundo a OCDE (2004, p.223, apud SAITO; SAVOIA; PETRONI, 2007) “o processo de Educação Financeira deve ser considerado pelos órgãos administrativos e legais de um país, como um instrumento para o crescimento e estabilidade econômica [...]”.

Ainda não se assumiu no Brasil uma política de educação financeira pessoal integrada aos currículos dos cursos de ensino fundamental e médio, e com

o exagerado estímulo de consumismo através da propaganda de crédito facilitado, o brasileiro assume dívidas que muitas vezes não terá renda o suficiente para quitar.

Com isso, muitas vezes pessoas que atuam nas áreas de finanças em suas empresas ou mesmo em empresas que trabalham, apresentam dificuldades na administração de suas próprias finanças pessoais, por não terem desenvolvido habilidades financeiras suficientes para lidar com os desafios que enfrentam diariamente.

### **2.1.1 Finanças Comportamentais**

Este item procura mostrar o comportamento irracional dos investidores, que caracteriza Finanças Comportamentais, baseado em outras áreas como a psicologia e sociologia.

Segundo Brabazon (2000 apud Lima 2003) a eficiência do modelo moderno de finanças para esclarecer o comportamento do mercado determinou um crescimento e um desenvolvimento muito pequeno das Finanças Comportamentais ao longo da década de 80, ocasionando certo desprezo do meio acadêmico para este ramo. No início da década de 90, o modelo vigente começou a mostrar sinais de desgaste, com a percepção de que o modelo não englobava anomalias do mercado financeiro, cada vez mais freqüentes. Nesta época o estudo das finanças comportamentais ganhou adeptos e estudiosos e pode concretizar seus conceitos.

Segundo Hogarth e Reder (1987, apud Kimura, 2002, p.22) a economia e psicologia moderna “são descendentes diretos de um mesmo conjunto de idéias filosóficas”. No entanto, por terem tido evoluções distintas, interpretam estas idéias de modos distintos. As finanças, por derivar da economia, têm a mesma origem filosófica, porém objetivos de pesquisa diferente da psicologia.

Este ramo das finanças ainda é pouco considerado no mundo econômico, mas existem alguns autores de trabalhos nesta área que investem em pesquisas para que seja reconhecida a psicologia na determinação do comportamento dos mercados e a irracionalidade em tomadas de decisões de investidores.

O principal objetivo dos autores que atuam no campo da economia e das finanças comportamentais é mostrar que existem limites a racionalidade que ocorrem com freqüência significativa para provocar resultados econômicos relevantes. Visam, ademais, a incorporar tais limitações ao estudo da teoria econômica a fim de promover maior entendimento dos fenômenos econômicos no campo teórico. (Milanez, 2003, p.17).

Para Oliveira; Silva e Silva (2005), o investidor conforme as finanças comportamentais não é completamente racional, é simplesmente normal. Essa normalidade implica em atitudes e decisões irracionais influenciadas por emoções e erros cognitivos, que faz com que ele compreenda de diferentes formas o mesmo problema, dependendo da forma que é analisado. As Finanças Comportamentais surgem como uma tentativa de aprimorar o Modelo Moderno de Finanças pela incorporação ao modelo de estudos sobre o comportamento e a irracionalidade do homem.

De acordo com Thaler e Mullainathan (2000 apud Milanez, 2003, p.15), a economia comportamental estuda “como a combinação de conceitos econômicos, sociológicos e psicológicos pode explicar o que acontece na vida econômica real, em que os agentes econômicos apresentam limitações ao exercício da plena racionalidade.”

Apesar de estar aumentando o número de estudiosos que se interessam no ramo das finanças comportamentais ainda é um assunto pouco considerado no mundo econômico.

### 3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL

Durante muitos anos no Brasil com a inflação alta era comum gastar todo o dinheiro de que se dispunha o mais rápido possível, pois os preços das mercadorias (alimentos, eletrodomésticos,...) eram reajustados semanalmente, não havia lógica em poupar e a idéia de planejamento futuro não parecia ser viável.

Com a implantação do Plano Real em 1994, conseguiu-se a estabilização da economia e índices de inflação menores que 1% ao mês. Muitos hábitos, porém permanecem até hoje.

Normalmente as dificuldades financeiras relacionam-se ao valor do salário, altas taxas de juros nas modalidades de créditos mais rápidas e acessíveis, como limites de cheque especial e cartão de crédito, a falta de crédito em melhores condições de juros, consumismo exagerado, entre outros.

Quanto a isso, Souza e Torralvo (2004 apud Ferreira, 2008) levantam indícios de que parte da população brasileira possui dificuldades para a gestão das finanças pessoais a partir de duas frentes: disparidades entre receitas e despesas e elevado consumismo, com pouca tendência de poupar.

Conforme Frankenberg, 1999 no Brasil, pouca ou nenhuma educação financeira é transmitida, muitos anos de inflação, desinformação e erros cometidos, sucessivamente, por governos passados resultaram em conceitos financeiros errôneos, absorvidos sem contestação e passivamente pela população.

No entanto, um fator que deve ser levado em consideração é a falta de planejamento financeiro, um item de grande importância na quebra do orçamento pessoal, que acaba não sendo analisado pelos trabalhadores em geral, e que poderia ser não só a solução na adequação das rendas com as despesas como na possibilidade de sobras com a redução de gastos excessivos e supérfluos.

Segundo Frankenberg (1999, p.31), “planejamento financeiro significa estabelecer e seguir uma estratégia que permita acumular bens e valores que formarão o patrimônio de uma pessoa ou família.”

Em complemento, a gestão das finanças pessoais proporciona maiores condições de projetar necessidades futuras de capital para enfrentar períodos de crise e gastos imprevistos. Além disso, os gastos exagerados de dinheiro implicam na perda de oportunidades de investimentos rentáveis que agregam valor as

receitas.

A população de baixa renda em situações de imprevisto tem maiores chances de endividamento, para Zerrenner (2007, p.43 apud LEAL, 2008) afirma “o planejamento orçamentário também pode ajudar estas pessoas a pensar no longo prazo e fazer com que se preparem contra imprevistos, ou incidentes, que levam a dificuldades orçamentárias para os endividados”.

Conforme Leal, 2008 há autores que consideram que se planejar financeiramente não é simplesmente cumprir com pagamentos de despesas mensais ou de dívidas, deve levar em conta o ato de investir, fundamental tanto para a garantia presente de liquidez como para o futuro.

Com o domínio da relação entre o que se ganha e o que se gasta se chega ao equilíbrio financeiro. Com isso Cerbassi (2004, apud CLAUDINO, 2009), firma que a riqueza não depende do que se ganha e sim da forma como se gasta. Com uma renda baixa é possível dignamente construir um padrão de vida confortável, e de forma consciente e inteligente manter esse padrão no futuro. Do mesmo modo grandes rendas podem não ser suficientes para garantir a sustentabilidade de um padrão de vida com conforto, devido à ineficiência da gestão dessa renda.

É inegável que as dificuldades financeiras são o resultado de despesas maiores que as receitas. É importante a definição dos valores, objetivos e prioridades para o desenvolvimento do planejamento financeiro pessoal, dessa forma, o orçamento doméstico ajuda a identificar o destino do dinheiro, decidindo quais gastos podem ser eliminados ou diminuídos, possibilitando, assim, a formação de uma reserva que é o objetivo principal do planejamento, independente das outras metas definidas.

Enquanto processo, para Ferreira, 2008, o planejamento financeiro pessoal pode ser descrito em etapas. No primeiro passo o desenvolvimento de um plano de contas que ajuda a estimar as obrigações atuais e posição financeira do indivíduo, traçar metas e objetivos e dirigir ações para um futuro financeiro mais seguro.

Conforme Black; Ciccotello; Skippr (2002 apud FERREIRA 2008), em seguida, preparar uma estimativa das fontes futuras de rendas e despesas.

O terceiro passo descrito por Kistner (1990 apud Ferreira, 2008) envolve a adequação das metas e objetivos pessoais, em função da disponibilidade de renda e

gastos descritos. Nesta análise financeira poderão ser contemplados: necessidade de caixa, investimentos, planejamento do patrimônio, imposto de renda ou seguro, por exemplo.

O último passo no processo, conforme Ferreira, 2008 é monitorar e revisar o plano, visto que este deve ser flexível para acomodar mudanças em situações pessoais. Independente desse processo de planejamento mais formalizado ou não, os indivíduos tendem a apresentar padrões de comportamento que podem refletir em grande medida as etapas do processo de planejamento financeiro.

De forma bem simples, o orçamento doméstico pode ser definido como uma planilha, onde registrados todos os gastos e despesas familiares, mesmo as variáveis e os considerados irrísórios, tendo por objetivo proporcionar uma visão geral da vida econômica e dos hábitos familiares.

Com esse processo de planejamento é possível observar a construção de riqueza ou a conservação dela, a partir de investimento das sobras ou somente através da redução de despesas com juros e consumismo desnecessário.

### **3.1 Fluxo de caixa**

Esta ferramenta de uso da Administração Financeira para um desempenho eficiente da gestão empresarial pode ser utilizado também como instrumento para a organização das finanças pessoais.

Segundo Zdanowicz (2004, p.23) “o princípio da administração financeira é, fundamentalmente, dispor o numerário necessário para saldar em tempo hábil os compromissos assumidos com terceiros e maximizar os lucros.”

O Fluxo de Caixa é um instrumento de controle que auxilia na previsão, visualização e controle das movimentações financeiras de cada período. A sua grande utilidade, é permitir a identificação das sobras e faltas no caixa, possibilitando o planejamento de ações futuras ou o acompanhamento do seu desempenho.

Ainda conforme Zdanowicz (2004, p.23) o fluxo de caixa tem como objetivo básico, “a projeção das entradas e das saídas de recursos financeiros para determinado período, visando prognosticar a necessidade de captar empréstimos ou aplicar excedentes de caixa nas operações mais rentáveis.”

Para Ferreira (2008) o indivíduo que apresenta maior controle do seu fluxo de caixa pessoal é aquele que procura se proteger mais das incertezas e riscos que rondam suas finanças pessoais realiza mais investimentos financeiros e patrimoniais e analisa estes investimentos em relação ao seu risco e retorno.

Através da análise econômico-financeira e patrimonial o fluxo de caixa se torna um instrumento útil nas tomadas de decisão e otimização das aplicações de capitais próprios e de terceiros, proporcionando maior retorno sobre o investimento.

Segundo Zdanowicz (2004) a projeção do fluxo de caixa depende de vários fatores como o tipo de atividade econômica, porte da empresa, processo de produção e/ou comercialização, as fontes de caixa e intervalos de ingressos e desembolsos.

Assim conforme Zdanowicz (2004) o fluxo de caixa é um importante instrumento para a administração e sucesso da empresa em termos de planejamento e controle financeiro, porém não basta projetá-lo é preciso que se busque e determine medidas necessárias para o para o estabelecimento ou restabelecimento do nível desejado de caixa.

[...] o sistema não tem qualquer utilidade se os dados não forem analisados periodicamente, e se a organização não tiver confiança neles. Em outras palavras: se não for haver compromisso em manter o fluxo de caixa sempre atualizado, pode ser melhor nem mesmo se dar ao trabalho de tentar implementá-lo. (CAMPOS, 2008).

Com a adoção deste instrumento como ferramenta gerencial, consegue-se programar um determinado investimento em decorrência da constatação de uma sobra de recursos de futuros ingressos financeiros.

Conforme Leal, 2008 a educação financeira do indivíduo deveria considerar elementos como a instrução para a garantia do equilíbrio de entradas e saídas no tempo, evitando os endividamentos de curto, médio e longo prazos, priorizando o investimento como maneira de alavancagem de longo prazo da situação financeira pessoal, inclusive como fonte de rendimento alternativo aos proventos salariais.

O objetivo do controle do saldo do fluxo de caixa é manter uma quantidade de dinheiro suficiente que permita saldar os compromissos assumidos nos prazos estipulados, sem a necessidade de recorrer à capital de terceiros.

O Fluxo de Caixa consiste em entradas e saídas de recursos, que são chamados de ingressos e desembolsos.

Os ingressos para finanças pessoais podem ser renda assalariada, rendas extras, como aluguel de imóveis, serviços prestados extras, operações de crédito, rendas de investimentos, ou outras atividades remuneradas.

Os desembolsos são saídas de dinheiro, ocorrendo quando há o pagamento de compras à vista, ou das obrigações que foram assumidas anteriormente, ou mesmo para cobrir gastos imprevistos.

Conforme Zdanowicz, 2004, desembolso é todo dinheiro que sai do caixa para cumprir um pagamento, por exemplo, amortização ou quitação de empréstimo bancário.

Assim através da utilização adequada do Fluxo de Caixa aliada a aplicação dos conhecimentos adquiridos com a educação financeira é possível administrar as finanças pessoais, evitando gastos excessivos, além de obter lucros com o investimento das sobras de recursos, garantindo melhoria na qualidade de vida do trabalhador e de sua família.

## 4 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Sua estrutura para Fortuna (2005) é dividida em autoridades monetárias, normativas e fiscalizadoras, instituições financeiras públicas e instituições financeiras privadas.

O SFN – Sistema Financeiro Nacional consiste em órgãos que regulamentam, fiscalizam e executam as operações de transferências de recursos financeiros para a boa circulação da moeda e crédito na economia. Pode ser dividido em dois subsistemas compostos por várias instituições: o primeiro é normativo, com instituições que estabelecem regras e diretrizes de funcionamento, além de parâmetros para a intermediação financeira e fiscalizam as instituições operativas.

As instituições normativas são: o CMN (Conselho Monetário Nacional), o Bacen (Banco Central), o CVM (Conselho de Valores Mobiliários) e instituições especiais como o Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica Federal.

O segundo subsistema é operativo com a função de fazer a intermediação financeira entre fornecedores de fundos e tomadores de recursos dentro das regras, diretrizes e parâmetros definidos pelo subsistema normativo.

As instituições operativas são: instituições financeiras bancárias e não bancárias, o SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo), além de instituições não-financeiras e auxiliares.

Para Assaf, 2005, o sistema financeiro nacional (SFN) é composto por instituições financeiras públicas e privadas que agem como instrumentos financeiros na captação de recursos, distribuição e transferência de valores entre os agentes econômicos.

Para Fortuna, 2005, o sistema financeiro nacional é um conjunto de instituições que se põem a serviço, de alguma maneira, para dar condições satisfatórias a manter o fluxo de recursos entre poupadores e investidores.

Assaf, 2001 define a função econômica e social do sistema financeiro nacional como sendo o agente que distribui os recursos no mercado por meio da poupança disponível que estão em poder dos agentes econômicos e se direcionam para os setores que estão com falta destes recursos.

As cooperativas de crédito se enquadram neste contexto, como instituições financeiras operativa, conforme quadro de composição do SFN:

**Tabela 1:** Composição do Sistema Financeiro Nacional

<b>Órgãos Normativos</b>	<b>Entidade Supervisoras</b>	<b>Operadores</b>			
CMN	Bacen	IFs captadoras de depósito à vista	Demais IFs Bancos de câmbio	Outros intermediários financeiros e administradores de recursos de terceiros	
	CVM	Bolsa de mercadorias e futuros	Bolsa de Valores		
CNSP	Susep	Resseguradores	Sociedades seguradoras	Sociedades de capitalização	Entidades abertas de previdência complementar
CNPC	PREVIC	Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão)			

Fonte: BACEN, 2011.

#### 4.1 Autoridades Monetárias

As autoridades monetárias são constituídas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

O Conselho Monetário Nacional segundo Brito (2005 p. 4) é o órgão máximo do sistema financeiro, e compete ao mesmo, “traçar as normas de política monetária em todos os seus aspectos. Funciona como um conselho da economia brasileira e supervisiona as políticas monetárias, cambial, de investimento, de capital estrangeiro, de comércio exterior e fiscal”.

Para Assaf, 2005, o Conselho Monetário Nacional não tem como atribuição a execução das diretrizes de funcionamento do Sistema Financeiro Nacional, sua função é de definir as diretrizes e formular toda a política que diz respeito à moeda e o crédito da economia.

Brito, 2005, explana sobre o Banco Central do Brasil como o agente executivo das decisões no que diz respeito às políticas macroeconômicas e diretrizes de funcionamento do sistema financeiro. O mesmo também exerce importante função de normatização e fiscalização no sistema financeiro nacional.

Deve-se destacar que o Conselho Monetário Nacional não desempenha nenhuma atividade executiva, cabendo-lhe como atribuição a formulação da política

monetária e o Banco Central do Brasil é o órgão que executará as políticas definidas pelo Conselho Monetário Nacional, assim cabe ao BACEN fiscalizar e disciplinar o mercado financeiro.

## **4.2 Autoridades de Apoio**

Dentro da estrutura do sistema financeiro nacional, as autoridades de apoio são uma das subdivisões que têm como finalidade estabelecer diretrizes de atuação a operacionalização das instituições financeiras. É composto pela Comissão de Valores Mobiliários, O Banco do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Caixa Econômica Federal e o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional

## **4.3 Instituições Financeiras**

As instituições financeiras fazem parte do subsistema operativo fazendo a intermediação financeira entre fornecedores de fundos e tomadores de recursos.

Para Gitman (2001 p. 54) “as instituições financeiras são intermediárias que canalizam a poupança de indivíduos, negócios e governos para empréstimos ou financiamentos”.

Dentre as instituições financeiras, em particular, serão abordadas: os Bancos Cooperativos e as Cooperativas de Crédito.

### **4.3.1 Bancos Cooperativos**

Os Bancos Cooperativos têm por finalidade dar funcionalidade e suporte às Cooperativas Singulares de Crédito.

Para Fortuna, 2005, o principal benefício do Banco Cooperativo, para seus sócios, é que o dinheiro fica na região onde o mesmo foi captado para ser investido no desenvolvimento da mesma.

Os Bancos Cooperativos são bancos comerciais, sendo que sua formação é exclusivamente composta pelas cooperativas de crédito singulares.

O Banco Central, por meio da Resolução 2.193 de 31/08/95, autorizou a constituição de bancos comerciais na forma de sociedades anônimas de capital fechado, com participação exclusiva de cooperativas de crédito singulares, exceto as do tipo *Luzzati*, (as que admitem a participação de não-cooperados) e centrais de cooperativas, bem como a federações e confederações de cooperativa de crédito, com atuação restrita à Unidade da Federação de sua sede, cujo Patrimônio de Referência - PR - deverá estar enquadrado nas regras do Acordo da Basiléia.

Segundo Pinho e Palhares, 2004, o primeiro Banco Cooperativo Brasileiro foi formado pelas Cooperativas de Crédito integrantes do SICREDI – Sistema de Crédito Cooperativo estão circunscritas ao estado do Rio Grande do Sul, logo após a publicação da Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional.

Ainda conforme a autora, autorizado a funcionar pelo Banco Central em 21 de julho de 1997, o BANCOOB – Banco Cooperativo do Brasil S.A, com sede em Brasília-DF, onde está localizada sua única agência. Tendo como principal função a prestação de serviços às Cooperativas de Crédito, no que diz respeito à compensação de cheque e outros papéis, por meio de realização de convênios com Cooperativas Centrais em cada estado.

#### **4.3.2 Cooperativismo no Brasil**

De modo geral, Pinho, 2004 afirma que através da análise da evolução do Cooperativismo no Brasil, pode-se constatar que desde os primórdios da colonização portuguesa iniciou-se o processo de criação de uma cultura da cooperação. Apesar de quase interrompida durante o escravismo, essa cultura ressurgiria no século XX, com a criação e difusão de cooperativas de variados ramos.

Segundo Pinho, 2004, a história do cooperativismo formal no Brasil começou com a fundação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em 27 de outubro de 1889, a mais antiga cooperativa de que se tem notícia no Brasil. Foi a primeira iniciativa de trabalhadores livres após a extinção do escravismo para criação de uma espécie de banco.

Segundo Pinho e Palhares, 2004, o cooperativismo como doutrina, com seus princípios, valores e ética, de fato, só passar a existir em cooperativas dentro de três condições básicas: primeiro, é necessário que haja uma necessidade;

segundo, precisa ter viabilidade econômica e terceiro, é essencial haver liderança.

Conforme Melo, 2009, o cooperativismo, que tem por princípio o mutualismo, é a forma de associação na qual grupos sociais constituem relação de trabalho organizada, de que decorrem benefícios mútuos.

Para Souza e Meinen, 2010 o cooperativismo, por definição, reúne valores e práticas que o vinculam a uma existência sustentável como movimento socioeconômico que visa o bem-estar social, cultiva, em sua essência, a democracia, a solidariedade, a independência e a autonomia. Trata-se de uma verdadeira filosofia de vida.

Com a dificuldade de enfrentar o crescente grau de competitividade entre empresas, as pessoas se unem em grupos, pois assim suas atividades podem ser mais bem desenvolvidas e operacionalizadas, em busca de resultados comuns e compartilhados.

Através das características que representam o cooperativismo é possível perceber o caráter social que inspirou o surgimento das cooperativas. Estas não nasceram com o objetivo de fazer frente ao sistema capitalista, mas para diminuir os efeitos prejudiciais que este sistema exercia sobre os trabalhadores, através de evidentes benefícios sociais pela geração de empregos e pela distribuição de renda.

#### **4.3.2.1 Cooperativismo de crédito**

Conforme Pinho, 2004, as Cooperativas de Crédito surgiram na Alemanha, na cidade de Delitzsch, fundada por Herman Schulze, tendo como objetivo prestar assistência às necessidades de Crédito da população urbana. Sendo suas principais características eram: responsabilidade ilimitada de sócios; distribuição de sobras líquidas proporcionalmente ao capital; princípio de ajuda mútua; controle democrático; área de atuação não restrita; empréstimos em curto prazo e remuneração dos diretores executivos. Nesta época não havia ajuda legal aos trabalhadores, então esta idealização e implantação da sociedade de Crédito veio ajudar na vida dos trabalhadores.

Historicamente, conforme Pinho, 2004, o sistema de crédito cooperativo pioneiro foi implantado em 1902, no Rio Grande do Sul, depois de quase extinto pela Ditadura Militar, o cooperativismo de crédito renasce nos anos 80. Ocupando espaços não disputados pelo sistema bancário, deixando de ser somente fonte de

recursos financeiros a juros baixos para desenvolver atividades econômicas básicas, principalmente para a agricultura.

Segundo Pinho e Palhares, 2004, no Brasil o crédito cooperativo originou de duas fontes principais, a primeira é constituída por três modelos estrangeiros implantados por idealistas, com o objetivo de solucionar problemas econômicos sociais: as Caixas Rurais Raiffeisen; os Bancos Populares Luzzatti (ambos no começo do século XX) e as Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo, trazidas do Canadá, via EUA no final dos anos 1950. A segunda fonte representada por um conjunto de cooperativas de crédito, que se multiplicaram principalmente nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, combinando elementos de diversas experiências de vários ramos econômicos.

Fortuna (2005 p.30) afirma:

A Lei 5.764, de 16/12/71, definiu a Política Nacional do Cooperativismo como sendo a atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, originárias do setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entres si, desde que fosse reconhecido o seu interesse público, e instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas.

Para Pinho, 2004, o cooperativismo de crédito brasileiro têm se desenvolvido e se demonstrado a solução adequada às necessidades financeiras de vários segmentos da sociedade brasileira. As cooperativas já são consideradas pela população, como instrumento financeiro que alavanca o crescimento econômico e o desenvolvimento social. Esse tipo de organização permite as pessoas se organizarem por um objetivo em comum, por meio de auto-capitalização, que possibilita financiamentos a custo baixo, a melhoria da qualidade de vida dos participantes e o retorno dos resultados financeiros para os cooperados.

Segundo Soares e Melo, 2009, o cooperativismo de crédito brasileiro está estruturado em três níveis de atuação: no primeiro atuam as cooperativas singulares, prestando serviço diretamente aos seus associados; no segundo atuam as cooperativas centrais, organizando, em maior escala, os serviços econômicos e assistenciais de interesse das cooperativas singulares afiliadas, orientando e integrando suas atividades; no terceiro atuam as confederações, que orientam e coordenam as atividades das cooperativas centrais.

O cooperativismo de crédito, para Soares e Melo, 2009, se caracteriza por promover acesso a serviços financeiros e intermediação de recursos privados, assumindo os riscos correspondentes e gerando benefícios para a comunidade. Por

se tratar de iniciativas promovidas diretamente pelos cidadãos torna-se fator de desenvolvimento sustentado para o local.

Conforme Polônio, 2004, essa espécie de cooperativa tem a finalidade de proporcionar a seus associados crédito em moeda por meio da mutualidade e da economia, mediante uma taxa módica de juros, auxiliando o pequeno trabalhador em qualquer ordem de atividade na qual ele se manifeste, seja agrícola, industrial, comercial ou profissional acessoriamente, podendo fazer, com pessoas estranhas a sociedade, operações de crédito passivo e outros serviços conexos ou auxiliares de crédito. Sendo comparadas as instituições financeiras passaram a atuar como alternativa dessas instituições do sistema financeiro convencional, cobrando juros menores a seus cooperados nas concessões de empréstimos.

Pinho e Palhares (2004, p.113), concluem que “hoje, o cooperativismo de crédito no Brasil é, de fato, uma boa opção para a satisfação das necessidades de apoio financeiro à população em todos os extratos sociais, em especial para a população de baixo poder aquisitivo.”

## 5 METODOLOGIA

Para a realização de um estudo é necessário o estabelecimento de uma metodologia a qual deve ser seguida durante todo o desenvolvimento da pesquisa.

Nesta pesquisa encontram-se abordados principalmente assuntos como educação financeira e planejamento financeiro pessoal relacionando aos trabalhadores de uma instituição financeira. O desenvolvimento da pesquisa deu-se primeiramente pela busca de informações na literatura em artigos publicados, livros, monografias e dissertações, para a construção de um referencial teórico sobre os principais conceitos sobre os assuntos.

Segundo Cervo e Bervian (2002) através da pesquisa bibliográfica procura-se esclarecer um problema a partir de referências teóricas publicadas. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental, buscando conhecer e analisar os subsídios culturais ou científicos do passado existente sobre um determinado assunto, tema ou problema.

A presente pesquisa classifica-se quanto ao tipo como descritiva ou de campo. Para Gil (2002) as pesquisas descritivas objetivam principalmente a definição de características de determinada população ou fenômeno, ou mesmo a constituição de relações entre variáveis. Uma característica deste tipo de pesquisa é a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, como o questionário e observação sistemática.

Conforme Cervo e Bervian (2002) a pesquisa descritiva assume várias formas, uma delas é o estudo de caso, que é a pesquisa sobre um determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade que seja representativo do seu universo, para analisar aspectos variados de sua vida.

A pesquisa que trata este estudo classifica-se em quantitativa por se tratar de um estudo que objetiva identificar através da aplicação de um questionário sobre o nível de organização da amostra analisada.

Para Oliveira (1999) o método quantitativo, significa quantificar opiniões, dados, muito utilizados no desenvolvimento de pesquisas descritivas, na procura para descobrir e classificar a relação entre variáveis, como na investigação da relação entre causa e efeito.

A forma de abordagem desta pesquisa deu-se através de um questionário

baseado em questões aplicadas em outras pesquisas pelos autores LEAL (2008) e LUCCI (2006), com 13 perguntas fechadas relacionadas ao problema que trata este estudo, abordando conceitos de finanças, nível de conhecimento, perfil do entrevistado e decisões de consumo e investimento dos mesmos. Aplicado a todos os 108 funcionários da empresa pesquisada. Para a avaliação das respostas desse questionário, utilizou-se como parâmetro as respostas mais eficientes dentro dos conceitos de finanças. Porém, mesmo conhecendo os conceitos corretos, sabe-se que outros fatores afetam as decisões dos indivíduos. Autores como Vitt (2004 apud LUCCI, 2006), acreditam que a decisão de consumo é afetada por aspectos psicológicos, físicos, e por valores sociais que estão baseados em sentimentos e emoções.

Para Cervo e Bervian, 2002 o questionário é a forma mais usada para coletar dados, pois permite medir com melhor precisão o que se deseja. Ainda conforme os autores o questionário em geral refere-se a um meio de obter respostas as questões de forma que o próprio informante preencha.

## 6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Com a análise dos dados obtidos com os questionários pode-se constatar que os participantes da pesquisa majoritariamente (60%) possuem de 21 a 30 anos, além disso, os participantes estão praticamente divididos entre solteiros (51%) e casados ou com união estável (42%).

Em relação ao nível de escolaridade a maioria possui ensino superior completo (37%), seguido de 33% com ensino superior incompleto e 28% com Pós-graduação completa ou incompleta. O rendimento médio mensal bruto de 30% dos participantes verificado foi entre R\$500,00 e R\$1.000,00 e outros 30% entre R\$1.000,00 e R\$1.500,00.

A questão número 5 aborda o grau de segurança para tomada de decisões sobre investimentos financeiros, bem como a auto-percepção dos entrevistados quanto ao seu nível de conhecimento sobre educação financeira. Onde 56% responderam se sentir “Razoavelmente seguro. Conheço grande parte do que preciso sobre o assunto” e 37% afirmaram “Muito seguro. Possuo amplos conhecimentos sobre finanças”.

A questão número 6 procura apurar como foram adquiridos os conhecimentos dos pesquisados sobre o assunto, reconhecendo que tal aprendizado é construído a partir das diversas experiências ao longo da vida. A ordem de importância da maioria das respostas dos entrevistados pode ser vista no quadro abaixo:

**Tabela 2:** Respostas mais freqüentes para a questão 6.

<b>Ordem de importância sobre a origem dos conhecimentos obtidos sobre finanças dos entrevistados</b>
1- Em casa com a família
2- De minha experiência prática
3- Aulas na faculdade
4- Conversas com amigos
5- Revistas, livros, TV e rádio

Fonte:

Na questão 7 busca-se saber qual rotina de planejamento financeiro pessoal é mais utilizada pelos participantes, sendo que com 56% a rotina mais

utilizada é a planilha de controle de rendas X despesas, alguns entrevistados aliam essa rotina com formação de poupança e outros com redução de desperdícios.

Com a questão 8 busca-se avaliar se as pessoas têm consciência de que investimentos têm níveis diferenciados de liquidez. A resposta esperada é a opção que indica bens móveis e imóveis como os menos líquidos, pois as outras alternativas indicam ativos de natureza financeira que, em condições normais, são mais líquidos que bens materiais. Neste caso mesmo que a alternativa esperada tenha sido a maioria (70%) na opinião dos entrevistados ainda assim 30% não têm está concepção de liquidez quando aos itens relacionados.

A questão 9 procura avaliar o perfil de investidor dos pesquisados e o impressionante é que quase em sua totalidade os entrevistados demonstraram-se conservadores com investimentos em poupança (67%) e fundos de renda fixa (30%), mesmo se tratando de funcionários de uma instituição financeira, esse comportamento pode ser explicado por se tratar de uma cooperativa de crédito, onde o perfil dos associados tendem ao conservador ou mesmo por conta da renda dos entrevistados não permitir muita diversificação.

A questão 10 é o complemento da questão 9 que busca justificar a escolha por tal investimento, as respostas mais freqüentes foram por segurança com 56% e por liquidez com 35%, essas opções estão diretamente ligadas aos ativos relacionados na questão anterior, poupança e fundos de renda fixa.

Quando questionados quanto da sua renda mensal consomem seus gastos mensais com prestações e financiamentos (questão 11) 37% dos entrevistados responderam que consomem entre 16% e 30% de sua renda, o que é um valor aceitável para cobrir as outras despesas domésticas. Outros 19% dos pesquisados responderam que consomem entre 31% e 45% de sua renda e mais 19% responderam que consomem entre 46% e 60% de sua renda.

Na questão 12 buscou-se saber quanto da renda mensal dos entrevistados destina-se a investimentos (aplicações), com isso 35% responderam que investem de 0% a 10% de sua renda mensal e 28% investem entre 11% e 20% de sua renda mensal.

Por fim a questão 13, na qual foi testada a ciência dos entrevistados quanto ao benefício financeiro de se poupar dinheiro para comprar à vista com descontos contrapondo-se as aparentes facilidades que os comerciantes oferecem ao parcelar as compras em vários meses acrescentando juros. Portanto a resposta

esperada seria a opção “usaria o dinheiro aplicado na poupança para pagar à vista”, que foi a alternativa escolhida por 74% dos participantes, outros 14% responderam que optariam por parcelar o pagamento em 10 vezes e 12% disseram que fariam o pagamento no prazo de 30 dias.

## 7 CONCLUSÃO

Conforme o objetivo proposto neste estudo foi analisado o nível de organização de funcionários de uma cooperativa de crédito e a influência causada pela atividade profissional dos entrevistados.

Considerando os dados obtidos através da aplicação de um questionário, pode-se confirmar, como era esperado, que o conhecimento adquirido através da experiência profissional levou a maioria dos entrevistados a optarem por respostas coerentes aos conceitos financeiros. Além disso, a maioria dos funcionários se avaliaram seguros quanto ao seu conhecimento em educação financeira para gerenciar suas finanças e de terem obtido estes conhecimento em grande parte em casa com a família ou de sua experiência prática.

É possível perceber através deste estudo com o grande número de funcionários que optaram por investir em poupança ou fundos de renda fixa que embora trabalhem com finanças e possuem nível superior e até pós-graduação, não demonstraram interesse em outras formas de investimentos apresentadas pelo questionário. Apesar de serem coerentes ao afirmar que a aplicação em poupança e fundos de renda fixa são mais líquidos e seguros.

Essa preferência de investimento pode ser explicado pelo perfil conservador predominante em cooperativas de crédito, levando-se em conta o fato de os recursos dessa instituição pertencerem aos seus associados, diminuindo a possibilidade de investimentos arriscados. Também pode ser levado em consideração o fato da baixa renda de grande parte dos funcionários, o que restringe a diversificação de investimentos ou mesmo a aplicação em ativos pouco líquidos.

Outro fato identificado foi a faixa etária dos entrevistados, em sua grande maioria tem idade inferior a 30 anos.

Pode-se perceber uma contradição em relação à concepção de juros contidos em financiamentos ou compras parceladas em relação a compras à vista com recursos da formação de poupança, pois 74% declaram que entre opções de pagamento disponíveis na questão 13 escolheriam pagar à vista com dinheiro da poupança, contudo, desses, a maioria afirmou investir de 0% a 10% de sua renda mensal.

Conclui-se que além da experiência profissional em finanças, devem ser

levados em conta os fatores, culturais, sociais e o baixo rendimento salarial.

Acredita-se que esse tema é de grande relevância para a economia do país qualidade de vida das pessoas. Futuras pesquisas podem aprofundar a investigação em relação ao nível de educação financeira dos entrevistados e relacionar com as áreas de estudo em que os mesmos cursaram. Também seria interessante ampliar a população entrevistada, incluindo funcionários de outras instituições financeiras comparando com os resultados deste estudo.

## REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre . **Finanças corporativas e valor**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**, 4 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BRITO, Osias Santana de. **Mercado financeiro**: estruturas, produtos, serviços, riscos e controle gerencial. São Paulo: Saraiva, 2005.

**Campos**. Disponível em: [http://www.facape.br/mariosilvio/projetos1/Analise/Fluxo de caixa.doc](http://www.facape.br/mariosilvio/projetos1/Analise/Fluxo_de_caixa.doc)2008>. Acesso em: 16 Ago. 2010.

CERVO, Amado L.; BERVIAN Pedro A. **Metodologia Científica**. Editora: Prentice Hall. 5.ed. São Paulo, 2002.

CLAUDINO, L. P.; NUNES, M. B. Finanças Pessoais: um estudo de caso. In: SEMEAD, 12, 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...**São Paulo: USP, 2009.

Disponível em:

<http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/724.pdf>

Acesso em: 27 de Dez de 2010.

FRANKENBERG, Louis. **Seu futuro financeiro**. 12ª ed., Rio de Janeiro: Campus, 1999

FERREIRA, Marisa Pante. **Perspectivas Contemporâneas**. Paraná; 2008. Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas. v.3, n.1, p.130-160.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro**: produtos e serviços. 16 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora: Atlas. 4.ed. São Paulo, 2002.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. Editora: Bookman. 2.ed. Porto Alegre, 2001.

KIMURA, Herbert. **Finanças comportamentais e o estudo de reações do mercado de capitais brasileiro**. São Paulo; 2002. Tese (Doutoramento) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

LEAL, D.T.B.; MELO, S. de. A Contribuição da Educação Financeira para a formação de investidores. In: SEMEAD, 11, 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...**São Paulo: USP, 2008. Disponível em:

<http://www.ead.fea.usp.br/semead/11semead/resultado/trabalhosPDF/42.pdf> .

Acesso em: 09 de Jan de 2011.

LIMA, Murillo Valverde. **Um estudo sobre finanças comportamentais**. São Paulo; RAE Eletrônica FVG, v.2, n.1, jan-jun, 2003.

LUCCI, Cintia R., et al. A Influência da Educação Financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. In: SEMEAD, 9, 2006, São Paulo. **Anais eletrônicos**...São Paulo: USP, 2006. Disponível em: [http://www.ead.fea.usp.br/semead/9semead/resultado\\_semead/trabalhosPDF/266.pdf](http://www.ead.fea.usp.br/semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/266.pdf). Acesso em: 05 de Jan de 2011.

MELO, Abelardo D S. de, et al. **Governança Cooperativa**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009.256 p.

MILANEZ, Daniel Yabe. **Finanças comportamentais no Brasil**. São Paulo; 2003. Tese (Mestrado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, Eliane de; SILVA, Sandra Maria da;e, SILVA, Wesley Vieira da (2005). **Finanças Comportamentais: um estudo sobre o perfil comportamental do investidor e do propenso investidor**. In: II Seminário de Gestão de Negócios da FAE Business School, 2005, Curitiba - Paraná. v. 2. p. 1-15.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Projeto de TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. Editora: Pioneira. São Paulo, 1999.

PINHO, Diva B.; PALHARES, Valdecir M. A. **O Cooperativismo de Crédito no Brasil**. Santo André: Confrebrás, 2004.342p.

PINHO, Diva B. **O Cooperativismo no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2004.355p.

SAITO, A.T.; SAVOIA, J.R.F.;PETRONI, L.M. A Educação Financeira no Brasil sob a ótica da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE). In: SEMEAD, 9, 2007, São Paulo. **Anais eletrônicos**...Sao Paulo: USP, 2007. Disponível em: [http://www.ead.fea.usp.br/semead/9semead/resultado\\_semead/trabalhosPDF/45.pdf](http://www.ead.fea.usp.br/semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/45.pdf) Acesso em: 22 de Mar de 2011.

SOARES, Marden M. **Microfinanças**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2008. 2ed. 202p.

SOUZA, João B. L.; MEINEN, Enio. **Cooperativas de Crédito: Gestão Eficaz**. Brasília: Confrebrás, 2010. 250p.

ZDANOWICZ, Jose Eduardo. **Fluxo de Caixa: uma decisão de planejamento e controle financeiro**. Editora: Sagra Luzzatto; 10 ed. Porto Alegre, 2004.

## APÊNDICE

**APÊNDICE A: Questionário de Pesquisa aplicado aos funcionários de uma cooperativa de crédito:**

1. Idade:

- Até 20 anos;
- De 21 a 30 anos;
- De 31 a 40 anos;
- Acima de 40 anos.

2. Estado civil:

- Solteiro;
- Casado/união estável;
- Separado/divorciado;
- Outros;

3. Escolaridade:

- Ensino fundamental;
- Ensino médio;
- Ensino superior incompleto;
- Ensino superior;
- Pós-graduação completa ou incompleta.

4. Qual sua faixa de renda pessoal:

- De R\$500,00 ate R\$1.000,00;
- De R\$1.000,01 ate R\$1.500,00;
- De R\$1.500,01 ate R\$2.000,00;
- De R\$2.000,01 ate R\$2.500,00;
- Acima de R\$2.500,00.

5. Em relação ao gerenciamento do seu próprio dinheiro você se sente:

- Nada seguro. Necessito de maior nível de conhecimento em educação financeira.
- Não muito seguro. Gostaria de saber um pouco mais sobre finanças.
- Razoavelmente seguro. Conheço grande parte do que preciso sobre o assunto.
- Muito seguro. Possuo amplos conhecimentos sobre finanças.

6. Onde você adquiriu a maior parte de seus conhecimentos para gerir o seu dinheiro? Preencha as lacunas por ordem decrescente de importância, enumerando de 1 a 5 (sendo 1 mais importante).

em casa com a família  conversas com amigos  aulas na faculdade

revistas, livros, TV e radio  de minha experiência prática.

7. Qual das rotinas a seguir você costuma utilizar para o seu planejamento financeiro pessoal?

Lista de compras para o supermercado;

Planilha de controle de rendas x despesas;

Formação de poupança;

Redução de desperdícios.

Não utilizo rotinas de planejamento financeiro pessoal;

Outras. (Citar)\_\_\_\_\_.

8. Muitas pessoas guardam dinheiro para despesas inesperadas. Se Maria e Pedro têm guardado algum dinheiro para emergências, qual das seguintes formas seria a menos eficiente para o caso deles precisarem do recurso com urgência:

Poupança ou fundos de investimentos;

Ações ou dólar;

Conta corrente;

Bens (carro, moto, imóvel, ...)

9. Assinale em quais dos seguintes produtos abaixo você investe atualmente ou investiria:

Ações;

Poupança;

Fundos de renda fixa;

Outras moedas;

Títulos públicos.

10. Com relação à questão anterior, assinale a principal razão que te motiva ou motivaria escolher esse(s) produto(s) indicado(s):

Liquidez;

Segurança;

Rentabilidade;

Publicações especializadas;

Não sei.

11. Seus gastos mensais com prestações e financiamentos consomem:

- Entre 0% e 15% da minha renda;
- Entre 16% e 30% da minha renda;
- Entre 31% e 45% da minha renda;
- Entre 46% e 60% da minha renda;
- Entre 61% e 75% da minha renda;
- Entre 76% e 80% da minha renda;
- Mais de 80% da minha renda.

12. Seu investimento mensal (aplicações) representa:

- Entre 0% e 10% da minha renda;
- Entre 11% e 20% da minha renda;
- Entre 21% e 30% da minha renda;
- Entre 31% e 40% da minha renda;
- Entre 41% e 50% da minha renda;
- Entre 51% e 60% da minha renda;
- Mais que 60% da minha renda;

13. Claudia costuma guardar boa parte de sua renda na poupança, ela necessita comprar um novo fogão e ainda faltam 15 dias para receber o próximo salário, então ao fazer o pagamento o gerente da loja pergunta qual a forma de pagamento, sendo que se ela pode pagar a vista terá 5% de desconto, com prazo de 30 dias para o pagamento sem descontos ou ainda em 10 parcelas com acréscimo de juros de 0,5% a.m. Na sua opinião a melhor opção seria:

- Faria com prazo de 30 dias, pois pagaria com o salário e sem juros;
- Faria em 10 parcelas, pois o valor de cada parcela fica pequeno e ainda sobra dinheiro para aplicar na poupança;
- Usaria o dinheiro aplicado na poupança para pagar à vista;
- Usaria o valor do limite de cheque especial (com juros de 5% a.m) para pagar à vista.